



Jornal Negócios

26-11-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Negócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18239

Temática: Economia

Dimensão: 2612

Imagem: S/PB

Página (s): 1/24/25



ENTREVISTA **ELISA FERREIRA**

“Há uma concorrência completamente desleal entre os sistemas fiscais europeus”

ECONOMIA 24 e 25

ELISA FERREIRA EURODEPUTADA

“Há uma opacidade enorme nos sistemas fiscais europeus”

Na Europa, cada país faz o que pode para criar o seu pequeno paraíso fiscal, aponta Elisa Ferreira, para quem a situação tem de ser invertida, porque quem perde são os cidadãos, obrigados a pagar cada vez mais impostos para cobrir estes privilégios.

ELISABETE MIRANDA
 Em Estrasburgo*

A questão é antiga, mas a crise financeira e a pressão que ela colocou sobre os orçamentos nacionais voltaram a colocá-la no centro da actualidade: pode uma união monetária conviver com um clima de tamanha competição fiscal entre Estados? À boleia do escândalo Luxleaks, que há cerca de um ano colocou a nu alguns dos acordos secretos feitos pelo Luxemburgo com dezenas de multinacionais, o Parlamento Europeu (PE) deitou mãos à obra e foi analisar as práticas fiscais mais agressivas que a Europa oferece. Elisa Ferreira, uma das relatoras do relatório TAXE, esta quarta-feira aprovado pelo PE, fala da experiência dos últimos seis meses, e confessa que, apesar de já desconfiar de tudo o que acabou por confirmar, ficou espantada com a naturalidade com que as coisas se fazem.

Em Portugal, consultores e empresários suspiram pelo regime fiscal irlandês. Vocês reuniram-se com as autoridades irlandesas, analisaram alguns dos seus aspectos mais controversos. O que concluíram?

O que temos de estabelecer a nível europeu é se queremos oferecer

às empresas o regime mais competitivo, ou se vamos ter algum tipo de coordenação. Porque a Irlanda oferece uma taxa de 12,5% e vantagens ao nível da matéria tributável, mas a Bélgica também tem um regime fabuloso no cálculo da matéria colectável. A Holanda é como que uma grande janela para a circulação de capitais e, no Reino Unido, os territórios de além-mar acabam por ter regimes tão complexos que não seguem totalmente as regras europeias. Isto é, cada um dos países da União Europeia utiliza esta discricionariedade total que existe em matéria de fiscalidade directa para se transformar no seu próprio pequeno paraíso fiscal. A questão que se coloca é se vamos continuar assim.

Em Portugal, a filosofia é de que, enquanto a harmonização vem e não vem, mais vale tirar-

mos proveito do que a concorrência permite.

É uma perspectiva muito prática. Nós, de certa maneira, já estamos a ser acusados de fazer muitas outras coisas, mas que não são estruturadas: por exemplo, no passado criámos um regime de sociedades com ofertas fiscais, temos os vistos “gold”, fizemos amnistias fiscais cuja avaliação está por fazer.

E como acha que nos devemos posicionar: explorar a concorrência fiscal ou apostar num quadro cooperativo?

As duas coisas não são mutuamente exclusivas. Acho que Portugal precisa de estar atento ao que se passa a nível europeu. Uma das coisas que eu lamento é ter perguntado às autoridades holandesas quantas informações foram pedidas por outras administrações fiscais (sobre acordos que assinou com mul-

tinacionais e que são potencialmente lesivos para países terceiros) e de eles me terem respondido, quase em tom provocatório, que nunca ninguém perguntou. Mesmo quando, ao nível do Eurogrupo, o então ministro das Finanças, Dijsselbloem, fazia imposições ao orçamento português, nunca lhe foi perguntado quais eram as vantagens fiscais que a Holanda estava a dar às multinacionais (e que nos podiam estar a prejudicar).

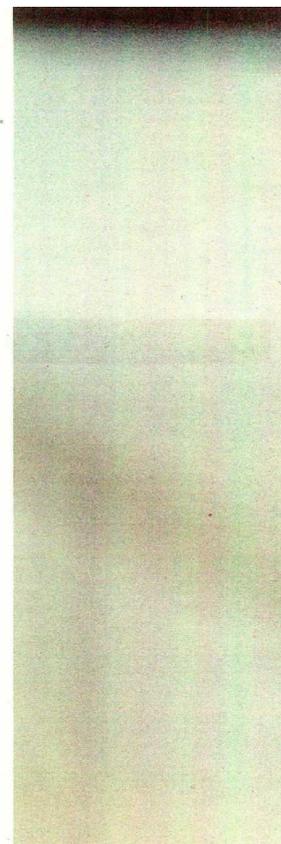
Portanto, fala-se da necessidade de aprofundar a cooperação, mas na verdade os países não estão muito interessados. Nem os que ganham, nem os lesados.

Uma das grandes conclusões a que chegámos é que a lógica no Conselho Europeu vai muito mais no sentido do “eu não te incomodo a ti, tu não me incomodas a mim”, e cada um dos países acaba por desenvolver o que pode, sob a capa de um grande secretismo.

Falaram com Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Bélgica, Irlanda... há algum que se destaque especialmente por práticas fiscais agressivas?

O principal é o Luxemburgo. Tinha uma rotina criada sobre a qual nem o Parlamento tinha controlo. Havia uma pessoa, que se recusou a falar connosco, que tinha o poder delegado de fazer os acordos fiscais com as empresas, e decidia-os da manhã para a tarde. A estrutura da fiscalidade e da opacidade é brutal.

“Como é que na Europa somos tão cuidadosos com o controlo dos auxílios de Estado porque distorcem a concorrência e depois permitimos que haja distorções brutais ao nível da fiscalidade directa?”



A legislação que a Europa acaba de produzir (obrigando os Estados a trocarmos entre si os acordos fiscais que assinam com as grandes empresas) vai permitir introduzir mais transparência, mas nós gostaríamos que a Comissão tivesse mais poder. Também é importante que as Administrações Fiscais sejam reforçadas tecnicamente e que, quando se vai cortar custos, não se corte na máquina administrativa.

Notou abertura desses países para cederem nalgumas práticas?

A situação é um pouco “suis generis”. As administrações falamos com a maior das aberturas e dizem que estão a funcionar com base na legislação. Não se percebe como é que na Europa somos tão cuidadosos com o controlo dos auxílios de Estado porque distorcem a concorrência, e depois ao abrigo da unanimidade no Conselho, acabamos por permitir que haja distorções brutais ao nível da fiscalidade directa – porque quando atribuo um desconto fiscal a uma empresa, estou a dar-lhe

Miguel Baltazar



Governo? “Temos de ver onde somos mais úteis”

Elisa Ferreira não comenta pretensos convites para o Governo. Garante que está solidária e sublinha que o país não pode desguarnecer a agenda europeia e concentrar todos os meios em Portugal.

Cavaco Silva vai indigitar António Costa como primeiro-ministro. É a melhor solução?

É a única solução possível e não vejo qualquer problema nela, pelo contrário.

Os “acordos” à esquerda garantem condições estáveis de governabilidade?

Acho que sim. Primeiro, temos de confiar em partidos que, por sua iniciativa, dizem que preferem um Governo liderado pelo PS; por outro lado, acho muito positivo que o programa seja um programa do PS, que é um partido europeísta desde as suas origens, se enquadra totalmente no espírito e na prática da legislação europeia. E os partidos que os apoiam sabem disso.

Mas não estão dispostos a apoiar todas as medidas...

Nem é disso que se trata. O programa foi balizado pela agenda europeia, essa foi a condicionante maior do trabalho dos economistas.

Foi convidada?

Nunca falo de convites que não tenha aceitado.

A suspeita de uma eventual recusa não pode ser interpretada como falta de confiança no projecto?

Não falo de convites em geral. Estou completamente de acordo e solidária com este programa e com o trabalho que vai ser feito em Portugal. E considero que nós, enquanto país, temos de trabalhar cada vez mais em rede porque a legislação nacional que, por vezes, achamos que temos autonomia para a fazer, está espartilhada pela agenda europeia. Desguarnecer a agenda europeia para concentrar todos os meios em Portugal é errado. Isso foi absolutamente determinante no caso da Irlanda – a Irlanda é um país que trabalha essencialmente em rede, de acordo com os interesses nacionais. Não podemos pensar que concentrando toda a gente em Portugal ganhamos, porque às vezes perdemos. É uma discussão que temos de ter: onde é que as pessoas são mais úteis. ■

uma espécie de subsídio que distorce a concorrência.

Mas se os Estados que perdem não se incomodam...

Por isso é que temos de colocar isto da perspectiva do cidadão comum, o nosso papel enquanto Parlamento é esse. Será que a Europa, que tem orçamentos de países que são controlados por outros, e onde a carga de impostos sobre os cidadãos co-

muns e as PME atinge valores brutais, pode isentar as grandes empresas mundiais de darem uma contribuição minimamente adequada?

O que é um imposto adequado? Durante anos considerou-se que o melhor imposto era não pagar imposto.

É uma questão de seriedade mínima. A Europa dos anos 1960 não é a Europa de agora. É isto

que queremos? Nós organizamos a Europa para as empresas concorrerem entre si, não para os Estados concorrerem entre si.

Numa união onde não há mutualização de riscos, pede-se aos Estados que prescindam do seu último instrumento de competitividade?

Quem saiu a ganhar não foram os países que precisam, foi por exemplo o Luxemburgo, o país mais rico do mundo. A Europa é um mercado único e é uma zona monetária, e a zona monetária criou obrigações de parte a parte. Não é possível os países estarem, por um lado, a controlarem os orçamentos de uns, e, pela porta do cavalo, a tirarem-lhes receitas fiscais através de ofertas deste género.

Colocam algum ênfase nos consultores fiscais. Chegaram à conclusão que ajudam a fazer as leis que depois ensinam aos clientes a boicotar?

Completamente. As “big four” (quatro grandes empresas de auditoria e consultoria) estiveram aqui e claramente se percebe que ajudam os Estados a fazer sistemas fiscais no sentido de evitarem a fraude, mas a seguir estão a aconselhar as multinacionais a utilizarem os buracos que foram deixados. Os Estados sabem disso, a própria Comissão contrata-os.

Nestas audiências todas, houve de alguma coisa que não soubesse já e realmente a tivesse surpreendido?

Aprendemos imenso. Uma coisa é saber que os processos existem, outra é ver o detalhe com que eles estão organizados e o que existe de opacidade nos sistemas fiscais europeus, de concorrência completamente desleal entre os Estados. Oferece-se de tudo. Temos de ir aos detalhes se quisermos mudar a situação. ■

*A jornalista viajou a convite do Parlamento Europeu

“Não é possível os países estarem, por um lado, a controlarem os orçamentos de uns, e, pela porta do cavalo, a tirarem-lhes receitas fiscais através de ofertas deste género.”